

A CATEGORIA TRABALHO NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: um possível diálogo entre Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber

*The category of work in classical sociology: a possibility of dialogue between Karl Marx,
Émile Durkheim and Max Weber*

Ana Patrícia Dias Sales*
Cesar Sanson*

RESUMO

Marx, Durkheim e Weber foram interpelados por um dos maiores acontecimentos da modernidade: o capitalismo. Há uma inquietação vibrante nesses autores em decifrar a essência desse novo momento histórico. É a partir de suas inquietações frente à expansão do capitalismo, manifesta na acelerada industrialização, urbanização e assalariamento que o tema do trabalho emerge e é incorporado em suas teorias sociais como uma categoria indispensável para a compreensão desse novo sistema. Na literatura da sociologia, particularmente da sociologia do trabalho, essa categoria é via de regra interpretada isoladamente em cada um dos autores. Admitindo que tais análises assumem pressupostos distintos e diferentes métodos de interpretação e abordagem social na obra desses autores, o presente artigo procura estabelecer um possível diálogo entre os clássicos da sociologia tomando como referência suas teorizações sobre o trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; capitalismo; modernidade; sociologia do trabalho; clássicos da Sociologia.

ABSTRACT

One of the greatest events of modernity challenged Marx, Durkheim and Weber: capitalism. There is a vibrant restlessness in these authors to understand the essence of this new historical moment. It is from their concern regarding the expansion of capitalism, manifested in the accelerated industrialization, urbanization and wage-earning, that the theme of work emerges and is incorporated into their social theories as a crucial category for the understanding of the new system. In the literature of sociology, particularly in the sociology of work, each of these authors interpret such category separately. Admitting that these authors assume different assumptions and different methods of interpretation and social approaches in such analysis, this article seeks to establish a possible dialogue between the three classical authors of sociology taking the category of work as a theoretical frame of reference.

Keywords: Work, capitalism, modernity, sociology of work, classics of sociology.

* Ana Patrícia Dias Sales, professora associada II, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro da Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR-UFRN) e pesquisadora da área da Sociologia do Trabalho.

* Cesar Sanson, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador na área Sociologia do Trabalho do Brasil. Autor do livro *O Trabalho nos clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber* (Editora Expressão Popular, 2021).

1. INTRODUÇÃO

A categoria trabalho em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber é constitutiva da investigação, da análise e da interpretação de um dos mais significativos acontecimentos da modernidade: o capitalismo. Marx anuncia mais de uma vez que “a moderna produção burguesa é, de fato, o nosso verdadeiro tema” (MARX, 2011, p. 41). Weber afirma que o capitalismo é “a mais fatídica potência da nova vida moderna” (WEBER, 2020, p. 10) e dedica-se intensamente à compreensão desse acontecimento histórico. Durkheim, por sua vez, também se interessa pelo enigma proposto pela modernidade expandida pelo capitalismo: “Como é que, ao mesmo passo que se torna mais autônomo, o indivíduo depende mais intimamente da sociedade? Como pode ser, ao mesmo tempo, mais pessoal e mais solidário? (...) É este o problema que nos colocamos” (DURKHEIM, 2019, p. L).

Esses autores viveram a explosão da sociedade moderna e o desenvolvimento da primeira Revolução Industrial (1760-1840). Foi nessa sociedade, em acelerada mudança, carregada de contradições, que Marx, Durkheim e Weber viveram e por ela foram interpelados.

Marx se dá conta de que, nessa nova sociedade, o trabalho foi elevado à condição de centro organizador da vida individual e coletiva. Percebe que a Revolução Industrial empurrou todos – homens, mulheres, jovens e crianças – ao trabalho sem tréguas e transformou-se em uma sociedade do trabalho. Doravante, o sentido da vida se faz dentro da sociedade do trabalho. Não existe mais exterioridade, tudo concerne e converge ao trabalho. As relações sociais que se constroem, as expectativas que se adquirem, as contradições que emergem, a emancipação que se busca, a visão de mundo que se tem, se fazem no e a partir do trabalho. Ainda mais: o trabalho, na obra *marxiana*, ocupa um lugar central para desvendar as entranhas da essência do funcionamento do capitalismo. Em sua obra maior, *O Capital* ([1867]2017b)¹, Marx descreve como o modo produtivo capitalista, organizado heteronomamente, esconde os seus dois grandes segredos: a produção do mais-valor e a fetichização da vida social.

A importância que o trabalho assume nessa nova sociedade também não é despercebida por Durkheim. Embora o trabalho não assuma na obra *durkheimiana* a centralidade com que se apresenta em Marx e tenha outra significação, tal questão desempenha papel chave na construção de sua teoria social. Em *Da Divisão do Trabalho Social* ([1893]2019), uma das suas mais referenciadas obras, ao

¹ A primeira datação entre colchetes é referência ao ano da publicação original da obra, a segunda datação é referência a edição de publicação da obra utilizada neste artigo.

interpretar a modernidade, a partir daquilo que denominou de sociedade da “solidariedade orgânica”, apresenta uma sociedade em que a divisão do trabalho social serve não apenas para a fruição da vida material, mas, sobretudo, como a base moral que possibilita a convivência humana. Em Durkheim, é o trabalho numa sociedade industrializada, urbana e eivada de tensões sociais que cria as condições para uma mínima coesão social.

Weber, por sua vez, atribui relevância ao trabalho na medida em que percebe que este contribui para a resposta da questão maior de sua inquietação intelectual: a compreensão da racionalidade que conforma o capitalismo em sua experiência única no Ocidente. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ([1904-1905]2020), Weber desenvolve sua tese originalíssima: a de que o capitalismo é marcado por um “espírito”, um “*ethos*” originário da Reforma Protestante que exorta as pessoas ao trabalho acervo, devotado e infatigável como única forma de alcançar a Salvação. Ora, é essa concepção espiritual do trabalho que constitui determinada ética profissional que favorecerá o desenvolvimento do capitalismo ocidental e sua singular racionalidade.

Embora reconhecendo que nas teorias sociais durkheimiana e weberiana a categoria trabalho não assume a mesma relevância que possui na obra marxiana, este artigo tentará um possível diálogo entre os três autores a partir desta categoria. Para efeito de sistematização da reflexão, seguimos com a análise do lugar que a categoria trabalho ocupa na teoria social deixada por cada um dos clássicos, estabelecendo um possível diálogo entre eles, aproximações e distinções no tocante ao trabalho. Na sequência, destaca-se a correlação entre a categoria trabalho e o método de análise dos autores, adicionado às conclusões.

2. MARX, DURKHEIM E WEBER: O TRABALHO EM FOCO

A categoria trabalho, nos três autores, ocupa um lugar importante em suas respectivas teorias. Há, porém, diferenças significativas em cada uma delas acerca da função que o trabalho desempenha na organização social.

A categoria trabalho em Marx, distintamente de Durkheim e Weber, ocupa um lugar central em toda a sua produção teórica. Essa categoria, entretanto, precisa ser compreendida no âmbito mais geral de sua crítica da economia política e da teoria geral do capitalismo. Marx se deu conta do papel determinante desempenhado pelo trabalho em seu esforço hercúleo de desvendar o modo de produção capitalista.

Na sua longa trajetória da produção intelectual, o trabalho foi assumindo importância e

centralidade à medida em que Marx foi “descobrimdo” que o funcionamento do sistema capitalista está ancorado em um “sistema trabalho”, produtor de contradições irreconciliáveis. No conjunto da obra *marxiano* trabalho assume condição multifacetada. Originalmente, é manifestação da metabolização da natureza pelo homem; em seguida, é a manifestação ontológica do se fazer no mundo criativamente e, finalmente, é um ato de transformação social, uma vez que, subordinado a condições heterônomas em função da evolução das forças produtivas, assume a condição de exploração e pauperização. A condição da exploração, por sua vez, origina a condição de classe e assume potência de emancipação. O trabalho, em Marx, carrega ainda um caráter enigmático, o fetichismo, ocultamento das relações sociais. Outra tese, ainda, pode-se anunciar acerca do lugar que o trabalho ocupa na teoria *marxiana*: o de que é pedra angular na compreensão do seu método materialista histórico dialético².

Esse *continuum* da interpretação da categoria trabalho em Marx é percebido por meio de várias obras. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* ([1844]2004) e na *Ideologia Alemã* ([1845-1846]2007), temos ainda uma interpretação essencialista do conceito trabalho, ou seja, a ideia do trabalho como manifestação subjetiva que, no processo da objetivação – produção – torna-o alienante. Nessas obras não se vê, ainda, uma noção de trabalho fortemente vinculado aos princípios de historicidade e materialidade; já nas obras *Miséria da Filosofia* ([1847] 2017a), *Manifesto Comunista* ([1848]2010), *Grundrisse* ([1857-1858]2011) e *O Capital* ([1867]2017b), essa categoria assume o seu caráter materialista, o *leitmotiv* da transformação social.

Estas obras ilustram um conduto do sentido que o trabalho vai assumindo na teoria *marxiana*. É recorrente nas leituras sobre a vida e obra de Marx, a classificação hierarquizada do “jovem Marx” e do “velho Marx” que corresponderiam respectivamente à transição do pensamento de caráter inicial mais filosófico para um pensamento político-econômico. Essa gradação, com suas limitações, também pode ser incorporada à análise da categoria trabalho. É aceita pela literatura marxista que *O Capital* reúne os elementos decisivos da análise de Marx na compreensão factual da categoria trabalho.

O construto central da obra se dá em torno da crítica da economia política, ou seja, da desmistificação de uma economia política desconectada da materialidade das relações sociais e de produção. Nesta perspectiva, a obra é uma profunda, densa e ampla análise do funcionamento e das leis do sistema capitalista. Em *O Capital* há três teses centrais em que categoria trabalho assume

2 Expressão jamais utilizada por Marx, porém incorporada pela tradição marxista como descrição de seu método investigativo.

conduto explicativo da organização da produção e da vida social: 1) a teoria valor-trabalho; 2) a heteronomia do trabalho e 3) o fetichismo.

Na teoria valor-trabalho de Marx encontra-se a essência da exploração do capital sobre o trabalho, a condição *sine qua non* da produção do mais-valor. Segundo Marx (2011, p. 232), “o trabalho é o fermento que é jogado no capital e produz sua fermentação”. A teoria do valor das mercadorias encontra o seu correspondente no trabalho abstrato que reifica o trabalho concreto para a produção do mais-valor.

Essa possibilidade se efetiva, como destaca Marx nos *Grundrisse* (2011, p. 255), pelo “papel histórico do capital de criar trabalho excedente”. O mais-valor “esconde-se” no processo produtivo, particularmente, no modo heterônomo de organização do trabalho na produção capitalista. Marx realiza um *tour de force*, uma espécie de inventário do surgimento do capitalismo e, dentro dele, a transição da forma de organização do trabalho das corporações de ofício para a grande indústria, passando pela manufatura. Marx chega à conclusão de que as forças produtivas do trabalho se transformam em forças produtivas do capital. Processo no qual o sujeito do trabalho, o trabalhador, perde o controle do seu trabalho e é transformado em apêndice do processo produtivo comandado por forças heterônomas. É na heteronomia da organização do trabalho que se criam as condições para a produção do mais-valor.

Esse processo é denominado na tradição marxista de percurso da subsunção formal do trabalho ao capital à subsunção real, iniciando-se no modo de produção artesanal, evoluindo com o trabalho manufaturado e se efetivando na grande indústria. Marx analisa esse deslocamento e revela com agudeza que o capital promove uma inversão de valores. No capitalismo, os meios de produção deixam de ser meios para a realização do trabalho e tornam-se meios de exploração do trabalho alheio. Desta feita,

como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos isolados, que entram numa relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa somente no processo de trabalho, mas então eles já não pertencem a si mesmos. Com a entrada no processo de trabalho, são incorporados ao capital. Como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específica do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital. (MARX, 2017b, p. 408)

Essa é uma das críticas mais contundentes de Marx ao capitalismo, um sistema que em que “o morto domina o vivo” e passa a se revestir de uma normalidade que legitima os mecanismos de injustiça social. Suas esferas de produção e circulação apagam a “substância” que efetivamente é a responsável pela produção da riqueza: o trabalho. O que o autor de *O Capital* quer dizer é que a

substância primeira, a força de trabalho, que produz valor, é ocultada em suas esferas de produção e circulação e, pior ainda, não é devidamente paga. Isto porque,

todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, 2017b, p. 602)

Dessa forma, o capital assume autodeterminação como se ele mesmo engendrasse a produção de valor. Essa capacidade de se apresentar como aquilo que ele não é, de se apresentar numa determinada forma, ocultando o seu real conteúdo, é o que Marx chama de “fetichismo” (GRESPLAN, 2019). Sob a perspectiva do trabalho, o fetichismo dá forma ao fato de que entre os trabalhadores e suas criações instala-se uma relação de exterioridade (SPURK, 2005). Eles não são os sujeitos criadores das coisas, ao contrário, as coisas é que são as mestras de seu destino.

O fetichismo é a penetração da lógica do capital no centro da vida social. Para Marx (2017c, p. 877), o capital cria a sua religião: “Capital-lucro, terra-renda fundiária, trabalho-salário: eis a fórmula trinitária na qual estão contidos todos os segredos de produção social”. O que há de comum nessa trindade, em sua origem, é o trabalho. É o ato do trabalho que dá forma ao capital trinitário. É apenas a partir do trabalho, o ato primário, convertido pelo capitalismo num modo específico, produtor de mais-valor, que se verifica, posteriormente, o deslocamento em suas outras formas. Por outro lado, essa forma de organização do trabalho que provoca o aviltamento da condição humana é também a que possibilita as condições para a emancipação. O lugar do trabalho como lugar da opressão potencializa a tomada de consciência de classe e da insurgência. As mesmas forças produtivas que geram a opressão podem gerar a emancipação. Não sem sentido,

os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes (...) Todas as sociedades anteriores, como vimos, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas (...) A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX; ENGELS, 2010, p. 50-51)

Vê-se, portanto, que a categoria trabalho em Marx está no epicentro do abalo sísmico que provoca na sociedade e em suas relações sociais. O trabalho para o autor é essencialmente disruptivo e, se por um lado, é a ele intrínseco a exploração, coisificação, subordinação e assujeitamento; por outro carrega a potência da emancipação. Esse lugar social que a categoria trabalho ocupa na obra de Marx, é distinto do lugar do trabalho nas obras de Durkheim e Weber.

Em Durkheim, a questão central sugerida pelo autor é o enigma proposto pela modernidade: como viver coletivamente em uma sociedade cada vez mais industrializada, urbana, laica e diversa? Logo, o problema crucial da obra durkheimiana é como a sociedade moderna cria as bases para a coesão social sem correr o risco de descarrilar em rupturas. Essa é a preocupação que persegue o sociólogo francês: criar as bases mínimas de constituição de uma solidariedade social que sejam fortes o suficiente para superar a anomia. Durkheim (2019, p. XLVI) está olhando para a sociedade industrial e o turbilhão que provoca e, atento a isso, destaca: “as sociedades se transformam e os problemas práticos mais graves que temos de resolver consistem precisamente em determiná-los de novo em função das mudanças que se realizaram em nosso meio”.

É importante registrar que o autor vê a sociologia como uma ciência de caráter profilático, ou seja, ela tem a função de contribuir para o bom funcionamento da sociedade. Lembremos que o sociólogo francês elevou a sociologia ao status de ciência, e considera que, para além da interpretação social, deve contribuir para resolver os problemas que identifica. No prefácio à publicação em 1893 de sua obra *Da Divisão do Trabalho Social* afirma: “estudar a realidade não resulta que renunciemos a melhorá-la. (...) Se separamos com cuidado os problemas teóricos dos problemas práticos, não é por desprezar estes últimos; ao contrário, é para colocarmos em condição de melhor resolvê-los” (DURKHEIM, 2019, p. XLV).

Longe de ser um pensador diletante, Durkheim tem a pretensão de colaborar para a resolução dos problemas da sociedade que analisava. Mais do que isso, via-se na tarefa de constituir uma ciência moral, não na perspectiva de estabelecer regras de conduta, mas como um possível método de entendimento dos valores morais que sustentam a convivência em uma sociedade complexa como a sociedade moderna (WEISS, 2010).

O trabalho, particularmente, a divisão do trabalho³, na hipótese durkheimiana, fornece as bases para a solidariedade e a coesão social numa sociedade urbana, industrializada e tensionada pelo crescente adensamento e concentração populacional. Segundo Durkheim (2019, p. 4), “a divisão do trabalho (...) é e se torna cada vez mais uma das bases fundamentais da ordem social”. Ele reconhece o conflito como constitutivo da sociedade, mas não aposta nele como elemento de resolução das tensões, como Marx ao afirmar que as tensões são constitutivas ao capitalismo e necessárias para a superação da divisão de classes.

A preocupação de Durkheim é reduzir os conflitos a condições aceitáveis. Há, em Durkheim,

3 A “divisão do trabalho” em Durkheim não se trata apenas da divisão do trabalho fabril como sugerem Smith e Marx. Em Durkheim, o conceito diz respeito à crescente especialização e incorpora as instituições políticas, administrativas, áreas da saúde, educação e cultura.

portanto, um olhar otimista sobre a função do trabalho na sociedade como o lugar que fomenta a solidariedade. O autor é refratário a tensões, conflitos e rupturas sociais, identificados por ele como anomias, porque rompem com a possibilidade da vida em comum. Anomia em Durkheim significa tudo aquilo que ameaça a coesão social, a vida em comum. Particularmente, na sociedade relacionada à divisão do trabalho alerta para três condições anômicas: “Reduziremos a três tipos as formas excepcionais do fenômeno que estamos estudando. Isso não significa que não possa haver outros, mas aquelas de que falaremos são as mais gerais e as mais graves” (DURKHEIM, 2019, p. 368). Os três tipos a que Durkheim se refere, geradores de condições anômicas na sociedade do trabalho, são: 1) exacerbação do conflito capital x trabalho em situações de crises agudas; 2) imposição coercitiva de regras na relação capital-trabalho; 3) ausência ou intermitência de trabalho.

Note-se que Durkheim não questiona a essência do modo de produção capitalista, porém, condena os seus excessos e desregramentos. A sua convicção é a de que a divisão do trabalho social, a partir de determinadas regras, possibilita a promoção da solidariedade e uma moral comum de convivência social. Durkheim (2019, p. 400) é favorável a relações contratuais: “uma das variantes importantes da solidariedade orgânica é o que poderíamos chamar de solidariedade contratual”. O contrato, no caso, tem a função de assegurar na medida do possível, o princípio da “igualdade nas condições exteriores de luta” e deve contar com a salvaguarda do Estado. Destacamos, todavia, que ele não é garantia, por si só, de impedimento da anomia. Assim,

para que esse resultado seja alcançado, porém, não basta que a autoridade pública zele para que os compromissos contratados sejam cumpridos; é preciso ainda que, pelo menos em grande média dos casos, sejam espontaneamente cumpridos. Se os contratos só fossem observados pela força ou por medo da força, a solidariedade contratual seria singularmente precária (DURKHEIM, 2019, p. 400-1).

O sociólogo alerta para o fato de que os contratos precisam ser justos e reconheçam o “valor de troca”. Pois “para que a força obrigatória do contrato seja plena, não basta que ele tenha sido objeto de um assentimento expresso; é necessário, além disso, que seja justo, e ele não é justo pelo simples fato de ter sido verbalmente consentido” (DURKHEIM, 2019, p.402).

É notório, porém, que Durkheim, em diálogo com a economia política, está mais próximo de Adam Smith do que Marx. Se, por um lado, reconhece a necessidade do contrato como proteção e salvaguarda do direito a um dos lados, adverte, por outro lado, que tudo o que é resultante de coerção – e o contrato não deixa de ser – não é bom para o conjunto da sociedade.

Nessa perspectiva, está de acordo com Smith para quem o vínculo social não deve ser produto de um pacto normatizado em contratos, mas resultado, sobretudo, de uma harmonia de interesses que

indiretamente cooperam entre si. Essa concepção da necessidade do contrato como fiador da adesão a relações justas de trabalho é diametralmente oposta ao que pensa Marx e Weber. Para Marx, trabalho que se estabelece num contrato nunca é consentido uma vez que apenas resta aos trabalhadores face à exigência da sobrevivência se apresentarem ao capitalista e venderem a sua força de trabalho. Ainda mais, em Marx (2017b, p. 262) o contrato legitima a exploração do trabalho: “a partir do momento em que ele [trabalhador] entra na oficina capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista”.

No caso de Weber, embora ele não trate de forma específica o tema do contrato de trabalho⁴, é perceptível a sua abordagem de que as relações de trabalho assumem uma racionalização do tempo e da vida empurrando todos para a “jaula de ferro”, ou seja, emparedando os indivíduos em instituições burocráticas, com tarefas prescritas, disciplinadas e limitadoras para o enriquecimento humano.

Em Durkheim, diferentemente de Marx e Weber, o trabalho é o lugar de realização pessoal naquilo em que a pessoa se especializa e por isso passa a ser valorizada; é fonte de renda para inserção nas relações de trocas e, o mais importante, é o cimento da coesão social. Em uma sociedade em que todos trabalham, cada qual cumprindo a sua função, gera-se um sentido de moralidade que expressa solidariedade. A divisão do trabalho gera consensos e é portadora de um pacto de convivência. Os indivíduos aceitam o lugar social que lhes é dado, desde que impere uma ordem social que leve justiça a todos os seus membros. Logo, uma premissa importante é que essa condição de trabalho seja normativa, portadora de direitos e dignidade.

É fato que Weber chega a conclusões próximas de Durkheim sobre o papel que o trabalho desempenha na sociedade e o seu caráter de normatização-racionalização da vida social, porém a partir de um caminho distinto; ao mesmo tempo, não partilha do otimismo de Durkheim sobre a função da divisão do trabalho e o seu efeito harmonizador. Lembremo-nos de que o método de análise social de Weber é radicalmente oposto ao de Durkheim. Se em Durkheim o objeto da explicação social deve partir da sociedade, das estruturas, das instituições, em Weber, o primado da compreensão é o indivíduo e a sociedade, as organizações e as instituições são resultantes da ação e interação recíproca entre as pessoas. Logo, em Weber, o trabalho é manifestação da “ação social”, e não um “fato social”. Nessa “ação social” weberiana, o trabalho, no moderno sistema capitalista, carrega uma racionalidade, originária do *ethos* religioso, que é causal e não consequência da sociedade produtiva.

4 Em Weber o que mais se aproxima de uma análise de relações de trabalho fabril é o seu estudo intitulado *Psicofísica do Trabalho Industrial* (1892), em que aborda as condições de trabalho de operários numa indústria têxtil.

Weber, assim como seus contemporâneos, Marx e Durkheim, é testemunha do amadurecimento do capitalismo e, assim como os seus pares, tornar-se-á um inquieto pesquisador e estudioso desse acontecimento maior da modernidade. O capitalismo é, segundo Weber (2020, p. 10), como já destacado, “a mais fatídica potência da nova vida moderna”. Na *Vorbemerkung* (observações preliminares) do primeiro volume dos Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião (1917-1920), Weber indaga:

Qual encadeação de circunstância fez com que justamente sobre o solo do Ocidente, e apenas aqui, surgissem fenômenos culturais que, todavia, se encontrassem – como ao menos nós gostaríamos de imaginar – em uma direção de desenvolvimento dotada de significado e validade universais? (WEBER, 2020, p. 7)⁵.

O programa de fundo da pesquisa weberiana é compreender as especificidades próprias do Ocidente, particularmente o que leva as pessoas e consequentemente as instituições a se orientarem por determinada racionalidade que normatiza a sociedade em seus padrões de agir e conduta. De onde provém esse racionalismo no ocidente que permeou a sua estruturação econômica, cultural e política?

Uma das respostas às questões formuladas anteriormente sobre aquilo que é o específico no *modus operandi* da racionalidade ocidental encontra-se em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-5/1920)⁶ e é aqui que o tema do trabalho assumirá importância na obra weberiana. Nessa publicação, Weber desenvolve e defende a tese de que desde o início da Reforma Protestante: “assiste-se ao nascimento de uma concepção espiritual do trabalho, bem como ao aparecimento de uma ética profissional, as quais constituíram um aspecto central do espírito do capitalismo, que favoreceu seu desenvolvimento no Ocidente” (MÜLLER, 2005, p. 241).

A tese, hoje por demais conhecida, é descrita com o seguinte enunciado:

A valoração religiosa do trabalho mundano diligente, pertinaz, sistemático, enquanto meio ascético simplesmente mais elevado e ao mesmo tempo como comprovação mais certa e visível do ser humano regenerado e da sua autenticidade de fé, há de ter sido a alavanca mais forte do que se pode conceber para a expansão daquela concepção de vida que chamamos aqui de ‘espírito’ do capitalismo. (WEBER, 2020, p. 154)

O que o autor enfatiza é que a concepção de trabalho oriunda das manifestações religiosas da Reforma é uma das chaves de leitura das mais importantes para a compreensão do surgimento do

⁵ A transcrição encontra-se na introdução da edição da obra *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista* publicada pelas Vozes (2020) intitulada como “Observação Preliminar”.

⁶ A datação mais comum da publicação de 1904 e 1905 deve-se ao fato de que a obra é resultante de dois artigos independentes, escritos em 1904 e em 1905. Posteriormente unificados, deram origem ao livro. Em 1920, o autor revisou e ampliou o texto.

racionalismo ocidental. Aqui, Weber explicita os “dois pilares do racionalismo ocidental: o capitalismo e a religião” (MÜLLER, 2005, p. 240).

Note-se, para ser mais preciso, que é na religião, particularmente nas denominações religiosas oriundas da Reforma, que se encontra uma concepção de trabalho que será de vital importância para o entendimento do sucesso do empreendimento capitalista no ocidente.

O capitalismo, diz Weber (2020, p.13), não se deu apenas no ocidente: “capitalismo’ e empreendimentos ‘capitalistas’, existiram em todos os territórios de cultura da terra, até onde remontam os documentos econômicos”. Porém, continua a destacar, “o Ocidente tem uma medida de significado e – o que dá fundamento a ela – produziu espécies, formas e correntes do capitalismo que nunca existiram em outras partes”. Para o autor, “Na Época Moderna, porém, o Ocidente conhece, além desta, uma espécie de capitalismo totalmente distinto que não se desenvolveu em nenhuma localidade da terra: a organização capitalista-racional do trabalho (formalmente) livre”(WEBER,2020, p.14-15).

Foi no ocidente que surgiu um tipo específico de capitalismo assentado numa ascese laboral de fundo espiritual. De acordo com Schluchter (2014, p. 91), Weber intuiu que “essas correntes [da Reforma] pertencem aos elementos constitutivos da cultura moderna, descrita por ele como uma cultura do profissionalismo”. A ascensão espetacular do trabalho como um valor se apresenta como mecanismo que dá sentido à ação racional e organiza a sociedade.

Nota-se que Weber parte de uma perspectiva distinta de Durkheim, ou seja, não é a sociedade capitalista que normatiza as pessoas pelo trabalho, mas sim as pessoas que normatizam o capitalismo pelo trabalho. O resultado pode ser o mesmo, o fato de que no capitalismo o trabalho se apresenta em suas formas de normatização, racionalidade, burocratização, mas as causas e a forma como essas características se produzem são distintas nos autores.

A sutileza de interpretação deve-se ao fato de que, em Durkheim, é a divisão do trabalho orgânica, coletiva, social, que dá sustentação e legitimidade ao capitalismo; em Weber, essa legitimidade é oriunda de uma ética de conduta de vida de traço religioso, que imprime ao trabalho uma racionalidade coletiva. Em Durkheim, mais do que uma ética, há uma moral produzida pela divisão do trabalho orgânica, que impulsiona as pessoas a uma conduta de vida que dá funcionalidade ao capitalismo. Os resultados são similares, mas a causalidade é distinta. Ao mesmo tempo, percebe-se que Weber não é otimista como Durkheim em relação à sociedade do trabalho, à modernidade e, por consequência, ao próprio capitalismo.

Durkheim alimenta expectativas positivas sobre o sistema; tendo como base a divisão do

trabalho associado às instituições políticas, culturais e religiosas, considera possível edificar uma sociedade socialmente equilibrada. O sociólogo alemão, por sua vez, considera que a racionalidade imprimida à modernidade pela conduta racional do trabalho, mais do que solidariedade social empurra a todos para a “jaula de ferro”. Encontra-se aqui, como destaca Löwy (2014), uma crítica liberal de Weber ao capitalismo como sistema que sentencia os indivíduos, em todas as esferas da vida, a uma existência de anulação da liberdade individual e enclausura-os na sua “jaula de aço”.

A crítica subjacente ao capitalismo e sua racionalidade como um sistema de disciplinamento e embotamento da conduta humana pelo trabalho, na visão de Weber, é algo que não se vê explicitamente em Durkheim. Por outro lado, esse olhar crítico que a causalidade do trabalho cria na sociedade abre uma possibilidade de diálogo entre Weber e Marx. Trata-se, entretanto, de um diálogo frágil.

Em Weber, a causalidade do trabalho assume um caráter explicativo na forma como o capitalismo se desenvolve no Ocidente, o que lhe é específico em relação a outros capitalismos e outras culturas. Weber não está interessado em um julgamento *a priori* do capitalismo, mas sim na compreensão daquilo que lhe é particular em sua ordem racional; ao contrário, em Marx, a causalidade do trabalho é diferente, porque serve a outra inquietação, a de compreender o porquê desse sistema produzir contradições irreconciliáveis. Ainda mais, para Marx o modo de produção capitalista produz iniquidade, desigualdade e sofrimento.

3. O LUGAR DO TRABALHO NO MÉTODO MARXIANO, DURKHEIMIANO E WEBERIANO

Como se pode observar, a categoria trabalho assume lugar e função distinta nas análises de Marx, Durkheim e Weber. Essa distinção encontra significativa explicação em função dos diferentes métodos de interpretação social dos autores. Em Marx o trabalho é central em função do objeto de pesquisa por ele definido: “a moderna produção burguesa” (MARX, 2011, p. 41) ou ainda “o objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material [...] indivíduos produzindo em sociedade” (MARX, 2011, p. 39). Em *O Capital*, afirma: “o que eu pretendo investigar é o modo de produção capitalista [...] desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2017b, p. 78-9). Logo, na teoria social marxiana o trabalho é a chave metodológica que abre a possibilidade de desvendar a engrenagem de funcionamento do sistema capitalista.

Em Durkheim, por sua vez, a categoria trabalho ocupa um lugar distinto em seu método. A questão maior para o sociólogo francês é como assegurar coesão social numa sociedade plural

complexa, industrializada, secularizada e cada vez mais propensa aos conflitos. O autor fortemente influenciado pelo positivismo credita às instituições um papel determinante na funcionalidade da vida social. Em seu método, Durkheim parte da premissa de que a sociedade não apenas é superior ao indivíduo como é determinante para moldar o seu comportamento. É nesse horizonte que o sociólogo francês sugere que a sociedade é um organismo vivo, como um corpo humano, que é composto por subsistemas e que o todo e a parte interagem para o seu bom funcionamento. O todo não existe sem as partes, mas as partes dependem do todo para funcionar. Ainda mais relevante, o todo tem prevalência sobre as partes, porque é dele que emana a normatização da funcionalidade. Nessa perspectiva, a “divisão do trabalho” é o que permite a boa funcionalidade do todo (sistema) e das partes (subsistemas). O trabalho desempenha função normativa não apenas em função de sua racionalidade econômica, mas, sobretudo, em função de que a divisão do trabalho comporta aquilo que produz solidariedade e que subjacente a ela é intrínseca uma moral de adesão social.

Weber, por sua vez, parte metodologicamente da pergunta daquilo que é específico ao racionalismo ocidental e como ele se manifesta no capitalismo. É a partir da busca da compreensão das origens do racionalismo da sociedade ocidental que a categoria trabalho assumirá importância em sua obra. Como se sabe, em Weber, a sociologia é uma ciência compreensiva da ação social e a compreensão implica na captação do sentido que o ator dá ao seu comportamento.

Em *Economia e Sociedade*, obra póstuma, Weber (1969, p. 5, tradução do autor) define a sociologia como “uma ciência que pretende compreender e interpretar a ação social para dessa maneira explicá-la em seu desenvolvimento e consequências”. Por “ação”, Weber (1969, p. 5, tradução do autor) compreende “um comportamento no qual o sujeito ou sujeitos da ação dão a ela um sentido subjetivo”. Contrariamente à Durkheim, em que o objeto de estudos para a compreensão social é a sociedade, para Weber é a partir do indivíduo que se compreende o que se processa na sociedade. É em função dessa premissa que se conceitua o método da sociologia weberiana como “método compreensivo”.

Logo, no centro do método weberiano de interpretação social, encontra-se a “ação social”, ou seja, a busca pela compreensão do comportamento humano que o leva a agir de determinada forma. Chegamos ao lugar, então, do trabalho no método weberiano. Weber incorpora o trabalho em suas análises, porque enxerga nele forma e conteúdo que fornecem as bases para a racionalidade do capitalismo ocidental. O trabalho organizado racionalmente (a especialização do trabalho), com acentuada disciplinaridade, como aceitação da subordinação que se requer, como prova emblemática do caráter que se deseja imprimir à vida própria e ao olhar dos outros, como definidor da identidade

individual e como atividade pecuniária, imprimiu ao capitalismo uma legitimação que sem ele jamais poderia conseguir apenas a partir das relações de poder. São, antes de tudo, as pessoas, os indivíduos que aceitam a sua condição social. O trabalho é carregado de uma moral que dá sustentação e legitimidade ao *modus operandi* do sistema capitalista.

O que se percebe, portanto, é que as questões formuladas por Marx, Durkheim e Weber na busca pela compreensão daquilo que é específico ao capitalismo seja de ordem disruptiva ou normativa são distintas. Logo, não é prudente confrontar respostas sobre determinadas conclusões para as quais a problemática formulada originalmente não é a mesma. Por isso, em relação à categoria trabalho nos autores, o mais relevante a ser dito é o fato de que uma comparação sempre será claudicante em função de que essa categoria assume significados diversos em suas obras e serve a razões distintas. Weber está interessado em entender as razões do porquê, na modernidade do ocidente, em sua versão capitalista, as pessoas se comportam por determinada conduta de vida que se manifesta numa racionalidade homogênea. Marx está interessado em entender as razões do capitalismo como um sistema que produz uma profunda clivagem social que aparta as pessoas e conforma classes sociais. Em Durkheim, a organização social do trabalho numa sociedade complexa possibilita uma base moral de vida em comum que produz solidariedade e permite o equilíbrio social.

Posto isso, não significa que Marx, Durkheim e Weber, escudados em seus métodos, estejam imunes a críticas. Tampouco não é incorreta a interpretação de como cada um se posicionou em seu tempo histórico diante dos fatos que ocorriam. É nesse sentido que muitos atribuem uma permissividade maior de Durkheim e Weber para com o capitalismo, diferentemente de Marx. De fato, Weber e, muito menos, Durkheim não podem ser considerados como contundentes críticos ao capitalismo; a mesma coisa não pode ser dita sobre Marx.

Curiosa e paradoxalmente, o capitalismo é visto com certo otimismo por Durkheim e por Marx; Weber, por sua vez, projeta um olhar pessimista sobre ele. Vejamos o porquê de poder se considerar, mesmo por razões opostas, o fato de Durkheim e Marx guardarem certo otimismo com o capitalismo. Em Durkheim, a divisão do trabalho social, como já destacado, tem o potencial de fornecer uma base moral de vida em comum que produz solidariedade entre duas ou mais pessoas e permite o equilíbrio social. De certa forma, o fordismo, considerado o período dos “anos dourados do capitalismo”⁷, e o seu pleno emprego, com direitos associado à rede pública de serviços de qualidade, como se desenvolveu no ocidente, é a manifestação do projeto societário idealizado por

7 A expressão “anos dourados do capitalismo”, período que vai do final dos anos 1940 até o início da década de 1970 é atribuída ao historiador Eric Hobsbawm (1995), tendo como referência a sua obra *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, ao comentar o crescimento virtuoso das economias americana e europeia após a Segunda Guerra Mundial.

Durkheim. O “otimismo” de Marx para com o capitalismo reside noutra razão, radicalmente oposta à de Durkheim. Marx está convicto de que os efeitos deletérios do capitalismo provocarão a sua própria destruição e dos seus escombros surgirá uma nova sociedade, a sociedade da distribuição das riquezas em comum, o comunismo.

Esse “otimismo” de Marx se deve ao fato de que o capitalismo, ao promover a evolução das forças produtivas, desenvolve em seu interior a luta de classes. Tem-se, aqui, uma forte diferença interpretativa entre os dois. Para Durkheim, as tensões, os conflitos sociais, os movimentos de ruptura são anormais e devem ser submetidos a uma espécie de “terapia sociológica” para justa harmonização, para a reinstauração da eunomia; já para Marx, os conflitos sociais e suas derivações são fatos inerentes à sociedade e são os conflitos que produzem a história. Em Marx, é como se o capitalismo se fizesse necessário para a sociedade chegar a outro patamar civilizacional, o comunismo.

Em Weber, como já visto, o capitalismo empurra a sociedade para uma vida racional-burocrática que entorpece e restringe a liberdade humana. Essa visão pessimista de Weber sobre o capitalismo assume, entretanto, um caráter de resignação, uma vez que se trata de uma crítica que não resulta em qualquer ação transformadora. Weber não via o capitalismo com bons olhos, entretanto, também não acreditava que o socialismo fosse a alternativa ao capitalismo pelas mesmas razões de sua crítica ao capitalismo, ou seja, a centralidade da burocracia na vida social, o poder de racionalização das vidas que restringe a liberdade individual. Weber considerava que os problemas advindos do gigantismo da burocracia se agravariam num sistema socialista de planejamento do Estado.

Cabe uma breve observação acerca de certo consenso que se estabeleceu em qualificar Durkheim como o mais conservador dos autores, principalmente em relação ao seu posicionamento frente ao capitalismo. Essa rotulação é redutora e apressada. Uma leitura atenta de Durkheim reconhece que ele defendia uma sociedade em que o trabalho fosse regular, protegido por direitos e com renda satisfatória. Ainda mais: Durkheim sugere que a ideal divisão do trabalho social, para garantir maior autonomia, liberdade e coesão, deveria ser organizada a partir do que denomina de corporações, espécies de associações profissionais no estilo de cooperativas, controladas pelos próprios trabalhadores.

4. CONCLUSÃO

Numa síntese abreviada, em Marx, o trabalho é o lugar do conflito; em Durkheim, o da normatividade e, em Weber, o da racionalidade. Em Marx, o trabalho é a categoria fundante para a

compreensão das contradições expostas pelo capitalismo. Por um lado, o trabalho, fonte original da manifestação ontológica no mundo, quando apropriado pelo capital, se transforma no lugar da exploração, da extração do mais-valor, do assujeitamento e aniquilamento da pessoa humana; porém, é também o princípio da emancipação, porque carrega dentro de si a condição do surgimento da classe social. Em Marx, o trabalho é impregnado da dialética, esse método que expõe as contradições e coloca em movimento um contínuo processo de mudanças. O trabalho, portanto, é sujeição, mas também emancipação.

Já em Durkheim, o trabalho ocupa outra função: não a do conflito, como esposado por Marx, mas a da normatividade. Para o sociólogo francês, a divisão do trabalho possibilita a solidariedade, a criação de vínculos sociais que permitem a substituição da “consciência coletiva” da sociedade agrário-rural. O trabalho regular, normativo, com renda satisfatória, é a argamassa que cimenta a coesão social na sociedade urbano-industrial. A divisão do trabalho social permite organizar a sociedade onde cada um cumpre uma função, criando as bases de uma moral comum que fortalece os vínculos e a vida em sociedade. Não é gratuito que o método de interpretação social atribuído a Durkheim seja o do funcionalismo. É a divisão do trabalho que permite a boa funcionalidade do todo (sistema) e das partes (subsistemas). A divisão do trabalho é a forma, por excelência, que faz funcionar a sociedade.

Weber, por sua vez, identifica no trabalho as bases ético-culturais para a compreensão e legitimação do capitalismo. Partindo-se do seu método de interpretação social, segundo o qual a sociologia é uma ciência compreensiva que capta o sentido que o sujeito dá ao seu comportamento, o autor vê no trabalho as bases que constituem a racionalidade do capitalismo ocidental. É a especialização do trabalho com rigoroso cumprimento, observância e diligência nas tarefas desenvolvidas que imprime ao capitalismo uma legitimação que ele jamais poderia conseguir apenas a partir das relações de poder.

Numa breve síntese, apresentamos no quadro abaixo, a chave de leitura de cada autor, o seu método de análise e as inflexões que o trabalho produz na sociedade:

Quadro 1: Comparativo: “lugar” do trabalho nos autores

	Chave de Leitura societária	Método de interpretação social	Trabalho produz na sociedade
Marx	Econômica/Política	Dialético	Exploração/Emancipação
Durkheim	Social	Funcionalista	Solidariedade/Normatividade
Weber	Cultural/Religiosa	Compreensivo	Racionalidade/Burocratização

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o diálogo acerca da categoria trabalho entre os clássicos é instigante em função de que dialogam com o mesmo problema de fundo, a modernidade e o capitalismo. A forma como abordam, as perguntas que se fazem e o método que utilizam nessas abordagens são, entretanto, diferentes. Logo, as respostas sobre o lugar que o trabalho ocupa em suas teorias sociais são distintas. É reconhecido que nos três autores, tendo como destaque Marx, o trabalho é uma categoria importante em seus empreendimentos de compreensão do capitalismo. O relevante é que cada um, ao seu modo, auxilia-nos a “ler” o trabalho como um elemento central na vida social, econômica, cultural e política. Não é gratuito que nas ciências sociais derivou-se um ramo específico, a sociologia do trabalho, em que é obrigatória a literatura marxiana, durkheimiana e weberiana para quem deseja compreender, ainda hoje, a importância ontológica e material do trabalho na vida humana. Marx, Durkheim e Weber nos dão chaves de leituras a partir de diferentes matizes, que com a devida hermenêutica, reatualizam e enriquecem o devir do trabalho na sociedade.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, [1893] 2019.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, [1857-1858] 2011.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2004.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Boitempo, [1847] 2017a.
- MARX, Karl. *O Capital*. vol. I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017b.
- MARX, Karl. *O Capital*. vol. III. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017c.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, [1848] 2010.

MÜLLER, Hans-Peter. Trabalho, profissão e ‘vocação’: O conceito de trabalho em Max Weber”. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jean (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005, p, 234-258.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SPURK, Jan. *A noção de trabalho em Karl Marx*. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, pp. 189-212.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, [1904-1905] 2020.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*, vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, [1921] 1969.

WEISS, Raquel Andrade. *Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade*. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.